



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Executiva
Secretaria de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa
Diretoria de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade

Notas Explicativas sobre às Demonstrações Contábeis do Ministério do Desenvolvimento Regional
4º trimestre de 2020

1) Contexto Operacional – Apresentação do Órgão 53000

O Ministério do Desenvolvimento Regional, órgão da Administração Direta, teve sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 10.290 de 24 de março de 2020, no qual consta a extinção dos Ministérios da Integração Nacional e do Ministério das Cidades, os quais foram transformados no MDR. Decreto este que também definiu competência ao novo Ministério para tratar sobre os seguintes temas:

- I - política nacional de desenvolvimento regional;
- II - política nacional de desenvolvimento urbano;
- III - política nacional de proteção e defesa civil;
- IV - política nacional de recursos hídricos;
- V - política nacional de segurança hídrica;
- VI - política nacional de irrigação, observadas as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- VII - política nacional de habitação;
- VIII - política nacional de saneamento;
- IX - política nacional de mobilidade urbana;
- X - política de subsídio à habitação popular, ao saneamento e à mobilidade urbana;
- XI - política nacional de ordenamento territorial;
- XII - estabelecimento de diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos:
 - a) dos programas de financiamento relativos ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO;
 - b) dos programas de financiamento de que trata a alínea “c” do inciso I do caput do art. 159 da Constituição;
 - c) do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO; e
 - d) do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS;
- XIII - estabelecimento de normas para o cumprimento das programações orçamentárias do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam e do Fundo de Investimento do Nordeste - Finor;

XIV - estabelecimento de metas a serem alcançadas nos programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana realizados com aplicação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; e

XV - planos, programas, projetos e ações de:

- a) desenvolvimento regional, metropolitano e urbano;
- b) gestão de recursos hídricos;
- c) infraestrutura e garantia da segurança hídrica;
- d) irrigação;
- e) proteção e defesa civil e de gestão de riscos e desastres; e
- f) habitação, saneamento, mobilidade e serviços urbanos.

Parágrafo único. A competência de que trata o inciso XI do caput será exercida em articulação com o Ministério da Defesa.

2) Declaração do Contador

Declaração Sem Restrição – Órgão 53000

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, nas Unidades Gestoras:

530024 – SPFI/MDR

560007 - SNMU/MDR

560009 – Programa Social de Saneamento

560010 – CGLOG/Cidades

560011 – CGRH/Cidades

560012 – Projeto Habitar/BID

560013 – Projeto PAT/PROSANEAR

560015 - FNHIS/MDR

560016 – Programa PMSS/MDL

560017 – Projeto TAL/HABITAT/BIRD

560019 – CAIXA – Programa Nacional de Habitação Urbana/PMCMV

560020 – CAIXA – Programa Nacional de Habitação Rural/PMCMV

560021 – Conselho das Cidades/MCidades

Declaração Com Restrição – Órgão 53000

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

53000 – Ministério do Desenvolvimento Regional

- *Falta de conformidade de registro de gestão;*
- *Não atendimento a orientações do Órgão de Contabilidade Setorial ou Central;*
- *Outros Bens Imóveis registrados em conta de Ativo Permanente superior a 10% da conta sintética;*
- *Sld.Along/Indev.Contas Controle;*
- *Convênios a comprovar com data expirada;*
- *Convênios a aprovar com data expirada;*
- *Convênios a liberar com data expirada;*
- *Contrato de repasse a comprovar com data expirada;*
- *Contrato de repasse a aprovar com data expirada;*
- *Contrato de repasse a liberar expirados;*
- *Termo de parceria a liberar com vigência expirada;*
- *Termo de parceria a comprovar com vigência expirada;*
- *Termo de parceria a aprovar com vigência expirada;*
- *Acordo de cooperação técnica a comprovar com data expirada;*
- *Acordo de cooperação técnica a liberar com data expirada;*
- *Saldo alongado em conta transitória do passivo circulante Diárias a Pagar e Devol. Convênios;*
- *Falta ou atraso na retenção ou recolhimento de obrigações e tributos;*
- *Saldo invertido - Classe 8;*
- *Termo de execução descentralizada a repassar com data expirada;*
- *Termos de execução descentralizadas a comprovar com data expirada.*

As transferências expiradas em fase de prestação de contas ou de liberação permaneceram pendentes, em virtude de escassez de pessoal técnico, para evasão da quantidade de processos envolvidos a serem analisados em prazo hábil.

Os bens imóveis são relativos ao recebimento do Ministério do Meio Ambiente, pela incorporação de uma unidade gestora na criação do Ministério do Desenvolvimento Regional, que ainda não foram totalmente identificados para reclassificação.

As demais situações permaneceram com restrição por falta de atendimento às orientações emitidas pela Setorial Contábil de Órgão.

Declaração Com Restrição – Órgão 56902

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço

Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

56902 – Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social

- *Contrato de repasse a comprovar com data expirada;*
- *Contrato de repasse a aprovar com data expirada;*
- *Contrato de repasse a liberar expirados.*

As transferências expiradas em fase de prestação de contas permaneceram pendentes em virtude de escassez de pessoal técnico para evasão da quantidade de processos envolvidos a serem analisados em prazo hábil.

Declaração Com Restrição – Órgão Superior 53000

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir, nos Órgãos relacionados:

20601 – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Extinta)

- *Falta de registro da conformidade contábil.*

A permanência de restrição contábil no encerramento do exercício se deu em virtude da falta de registro de conformidade contábil em Órgão Extinto e que ainda possui saldos contábeis a serem baixados no SIAFI. A regularização dos saldos contábeis desse Órgão depende de nomeação de grupo de trabalho para destinação da conta de depósitos compulsórios e a devida identificação das empresas referente à conta de Investimentos/Participações Permanentes daquele Órgão. Salientamos que o grupo técnico de inventariança não concluiu os trabalhos dentro do prazo previsto na Portaria de Designação deste Ministério. Com a nomeação de novos gestores, as perspectivas são de retomada dos trabalhos de encerramento definitivo desse Órgão.

22203 – Companhia de desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

- *Falta de conformidade de registro de gestão;*
- *Convênios a comprovar com data expirada;*
- *Convênios a aprovar com data expirada;*
- *Convênios a liberar com data expirada;*
- *Falta ou atraso na retenção ou recolhimento de obrigações e tributos;*
- *Termos de execução descentralizadas a comprovar com data expirada;*
- *Termos de execução descentralizadas a repassar com data expirada.*

As transferências expiradas em fase de prestação de contas ou de liberação permanecem pendentes

em virtude de escassez de pessoal técnico para evasão da quantidade de processos envolvidos a serem analisados em prazo hábil.

A falta de conformidade de gestão, bem como o atraso no recolhimento de tributos ocorreu por falta de atendimento às orientações emitidas pela Setorial Contábil de Órgão Superior.

22204 – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

- *Falta de conformidade de registro de gestão;*
- *Convênios a comprovar com data expirada;*
- *Convênios a aprovar com data expirada;*
- *Demais Incoerências;*
- *Termos de execução descentralizadas a repassar com data expirada.*

As transferências expiradas em fase de prestação de contas ou de liberação permaneceram pendentes, em virtude de escassez de pessoal técnico para evasão da quantidade de processos envolvidos a serem analisados em prazo hábil.

As demais situações permaneceram com restrição por falta de atendimento às orientações emitidas pela Setorial Contábil de Órgão Superior.

53000 – Ministério do Desenvolvimento Regional

- *Falta de conformidade de registro de gestão;*
- *Falta de registro de depreciação, amortização ou exaustão do ativo imobilizado;*
- *Outros Bens Imóveis registrados em conta de Ativo Permanente superior a 10% da conta sintética;*
- *Saldo Alongado indevido conta de controle;*
- *Convênios a comprovar com data expirada;*
- *Convênios a aprovar com data expirada;*
- *Convênios a liberar com data expirada;*
- *Contrato de repasse a comprovar com data expirada;*
- *Contrato de repasse a liberar expirados;*
- *Termo de parceria a liberar com vigência expirada;*
- *Termo de parceria a comprovar com vigência expirada;*
- *Termo de parceria a aprovar com vigência expirada;*
- *Acordo de cooperação técnica a comprovar com data expirada;*
- *Acordo de cooperação técnica a liberar com data expirada;*
- *Falta ou atraso na retenção ou recolhimento de obrigações e tributos;*
- *Saldo Invertido – Classe 8;*
- *Termo de execução descentralizada a repassar com data expirada;*
- *Termos de execução descentralizadas a comprovar com data expirada.*

As transferências expiradas em fase de prestação de contas ou de liberação permaneceram pendentes, em virtude de escassez de pessoal técnico para evasão da quantidade de processos envolvidos a serem analisados em prazo hábil.

Os bens imóveis são relativos ao recebimento do Ministério do Meio Ambiente, pela incorporação de uma unidade gestora na criação do Ministério do Desenvolvimento Regional, que ainda não foram totalmente identificados para e reclassificação.

As demais situações permaneceram com restrição por falta de atendimento às orientações emitidas pela Setorial Contábil de Órgão.

56902 – Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social

- *Contrato de repasse a comprovar com data expirada;*
- *Contrato de repasse a aprovar com data expirada;*
- *Contrato de repasse a liberar expirados.*

As transferências expiradas em fase de prestação de contas permaneceram pendentes, em virtude de escassez de pessoal técnico para evasão da quantidade de processos envolvidos a serem analisados em prazo hábil.

53202 – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

- *Convênios a aprovar com data expirada;*
- *Termos de execução descentralizadas a comprovar com data expirada.*

As transferências expiradas em fase de prestação de contas permaneceram pendentes, em virtude de escassez de pessoal técnico para evasão da quantidade de processos envolvidos a serem analisados em prazo hábil.

53203 – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

- *Saldo Alongado indevido contas de controle;*
- *Convênios a comprovar com data expirada;*
- *Convênios a aprovar com data expirada;*
- *Termos de execução descentralizadas a comprovar com data expirada;*
- *Termos de execução descentralizadas a repassar expirados.*

As transferências expiradas em fase de prestação de contas permaneceram pendentes, em virtude de escassez de pessoal técnico para evasão da quantidade de processos envolvidos a serem analisados em prazo hábil.

53207 – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

- *Falta de conformidade de registro de gestão;*
- *Convênios a aprovar com data expirada;*
- *Termos de execução descentralizadas a comprovar com data expirada.*

As transferências expiradas em fase de prestação de contas permaneceram pendentes, em virtude de escassez de pessoal técnico para evasão da quantidade de processos envolvidos a serem analisados em prazo hábil.

A falta de conformidade de gestão ficou registra em virtude de perda de prazo para o registro.

53901 – Fundo Constitucional do Norte

- *Falta de conformidade de registro de gestão.*

A falta de conformidade de gestão ficou registra em virtude de perda de prazo para o registro.

53902 – Fundo Constitucional do Centro-Oeste

- *Falta de conformidade de registro de gestão.*

A falta de conformidade de gestão ficou registra em virtude de perda de prazo para o registro.

53903 – Fundo Constitucional do Nordeste

- *Falta de conformidade de registro de gestão.*

A falta de conformidade de gestão ficou registrada em virtude de perda de prazo para o registro.

29205 – Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre

- *Falta de conformidade de registro de gestão;*
- *Outros Passivos circulantes de provisão registrados em 10% superior ao total da conta sintética;*
- *Falta ou atraso na retenção ou recolhimento de obrigações e tributos;*
- *Outros Passivos não circulantes de provisão registrados em 10% superior ao total da conta sintética;*
- *Saldo invertido em conta de Receita realizada;*
- *Saldo invertido em conta de Controle de arrecadação;*
- *Demais incoerência em Disponibilidade por fonte de recursos.*

As restrições relativas às disponibilidades por fonte de recursos ocorreram em virtude de lançamentos por nota de lançamento de receitas de provisões de valores financeiros e arrecadação antecipada, com reconhecimento de receita na efetivação da prestação do serviço. Será feita gestão junto à Secretaria do Tesouro Nacional para criação de rotina apropriada para os registros.

As demais situações permaneceram com restrição por falta de atendimento às orientações emitidas pela Setorial Contábil de Órgão Superior.

29214 – Companhia Brasileira de Trens Urbanos

- *Falta de conformidade de registro de gestão;*
- *Não atendimento a orientações do Órgão de Contabilidade Setorial ou Central;*
- *Saldo invertido em ativo circulante de resgate de aplicações financeiras;*
- *Falta de registro de depreciação, amortização ou exaustão do ativo imobilizado;*
- *Saldo alongado no passivo circulante de devolução de convênios;*
- *Falta ou atraso na retenção ou recolhimento de obrigações e tributos;*
- *Regularização indevida de valores recebidos por guia de recolhimento da União;*
- *Saldo invertido em conta de Receita realizada e Crédito bloqueado para remanejamento;*
- *Saldo alongado ou indevido em disponibilidade por fonte de recursos;*
- *Demais incoerência em Disponibilidade por fonte de recursos.*

As situações permaneceram com restrição por falta de atendimento às orientações emitidas pela Setorial Contábil de Órgão Superior.

44205 – Agência Nacional de Águas

- *Termos de execução descentralizadas a comprovar com data expirada;*
- *Termos de execução descentralizadas a repassar expirados.*

Os termos permaneceram com restrição por falta de análise e prestação de contas tempestivas.

3) Demonstrações Contábeis - DCON

O objetivo das Demonstrações Contábeis das entidades do Setor Público é fornecer informações sobre a entidade, que sejam úteis aos usuários dessas informações, para propósitos de tomada de decisão

ou de prestação de contas dos recursos públicos utilizados, bem como a transparência da empregabilidade desses recursos.

A Resolução 1.333, de 25/11/2008, definiu Demonstração Contábil: *“a técnica contábil que evidencia, em período determinado, as informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio das entidades do Setor Público e suas mutações”*.

O MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 8ª edição – Parte V, definiu os seguintes Demonstrativos Contábeis a serem publicados pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Comparado com os resultados trimestrais de 2019, os Demonstrativos Contábeis do Ministério do Desenvolvimento Regional evidenciaram informações fidedignas fundamentais para a promoção da transparência dos resultados alcançados no quarto trimestre de 2020, conforme anexados abaixo:

Balanço Patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
EXERCÍCIO 2020
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
EMIÇÃO 20/01/2021
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	N.E.	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	N.E.	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE		65.313.254.862,17	63.833.273.261,55	PASSIVO CIRCULANTE		10.067.110.458,91	15.288.112.611,56
Caixa e Equivalentes de Caixa		29.450.351.428,98	38.418.290.425,43	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		243.118.450,74	251.485.946,64
Créditos a Curto Prazo		35.788.099.677,74	17.591.558.774,07	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		5.840.945,29	4.776.032,86
Clientes		85.664.035,11	86.454.638,09	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		225.260.274,83	174.297.773,36
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	01	28.082.653.631,73	18.507.407.956,76	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		253.829,50	338.215,77
Dívida Ativa Não Tributária		17.105.263,65	16.798.018,86	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Demais Créditos e Valores		8.702.798.743,24	-	Provisões a Curto Prazo	04	322.518.690,30	3.219.044.944,85
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo		-1.100.121.995,99	-1.019.101.839,64	Demais Obrigações a Curto Prazo		9.270.118.268,25	11.638.169.698,08
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo			7.749.272.344,10				
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		29.850,20	43.536,82				
Estoques		74.433.850,99	73.547.710,71				
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-				
VPDs Pagas Antecipadamente		340.054,26	560.470,42				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		155.949.408.420,95	142.491.930.567,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.470.646.983,07	520.876.421,24
Ativo Realizável a Longo Prazo		134.613.579.292,43	122.621.409.661,33	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		39.118.545,43	38.034.469,38
Créditos a Longo Prazo		134.306.047.598,08	121.339.573.827,25	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		290.800.817,00	225.552.918,79
Clientes		1.659.131,13	2.109.680,35	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	1.679.024,40
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	02	134.805.552.166,88	122.422.911.613,34	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		20.968.886,79	22.101.739,38
Dívida Ativa Não Tributária		39.134.318,42	39.134.318,42	Provisões a Longo Prazo	05	3.074.129.233,40	187.876.613,00
Demais Créditos e Valores		1.185.283.376,26	-	Demais Obrigações a Longo Prazo		43.919.501,20	43.731.657,04
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		-1.725.581.394,61	-1.124.581.784,86	Resultado Diferido		1.709.999,25	1.899.999,25
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo			974.058.877,19	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		13.537.757.441,98	15.808.989.032,80
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		307.531.694,35	307.776.956,89	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Estoques		-	-	ESPECIFICAÇÃO		2020	2019
Investimentos		21.891.421,84	21.891.421,84	Patrimônio Social e Capital Social		12.180.081.942,07	11.664.392.626,51
Participações Permanentes		21.868.726,30	21.868.726,30	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		401.902.255,10	581.383.549,73
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		17.051.543,14	17.051.543,14	Reservas de Capital		-	2.266.923,14
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		4.817.183,16	4.817.183,16				

Propriedades para Investimento	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial		33.706.140,92	35.905.204,38
Propriedades para Investimento	-	-	Reservas de Lucros		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimen- tos	-	-	Demais Reservas		2.199.249,26	2.695.992,14
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investi- mentos	-	-	Resultados Acumulados		195.107.016.253,79	178.229.570.499,85
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Resultado do Exercício		16.650.106.057,39	13.282.640.745,42
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	06	178.232.334.165,87	164.796.806.925,32
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores		224.576.030,53	150.122.829,11
Demais Investimentos Permanentes	22.695,54	22.695,54	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
Demais Investimentos Permanentes	22.695,54	22.695,54	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		207.724.905.841,14	190.516.214.795,75
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-				
Imobilizado	21.190.730.679,62	19.724.694.115,22				
Bens Móveis	2.024.335.201,26	2.008.501.764,10				
Bens Móveis	3.102.004.029,43	2.936.859.667,72				
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.077.503.860,61	-928.192.936,06				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-164.967,56	-164.967,56				
Bens Imóveis	19.166.395.478,36	17.716.192.351,12				
Bens Imóveis	21.690.752.319,16	20.137.497.664,36				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.318.165.399,04	-1.215.113.871,48				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-1.206.191.441,76	-1.206.191.441,76				
Intangível	123.061.071,92	123.241.571,12				
Softwares	103.488.171,62	103.664.193,72				
Softwares	116.345.729,65	113.833.995,52				
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-12.857.558,03	-10.169.801,80				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	7.000.460,73	7.004.937,83				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	8.062.252,66	8.066.729,76				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-1.061.791,93	-1.061.791,93				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-				
Direitos de Uso de Imóveis	12.572.439,57	12.572.439,57				
Direitos de Uso de Imóveis	12.572.439,57	12.572.439,57				
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-				
Diferido	145.955,14	693.797,49				
Diferido	255.028.533,21	255.028.533,21				
(-) Amortização Acumulada	-254.882.578,07	-254.334.735,72				

	03						
TOTAL DO ATIVO		221.262.663.283,12	206.325.203.828,55	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		221.262.663.283,12	206.325.203.828,55

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO		2020	2019	ESPECIFICAÇÃO		2020	2019
ATIVO FINANCEIRO		29.657.045.845,40	38.935.820.107,88	PASSIVO FINANCEIRO		26.077.382.871,25	23.294.524.979,13
ATIVO PERMANENTE		191.605.617.437,72	167.389.383.720,67	PASSIVO PERMANENTE		7.105.782.550,72	6.223.852.082,70
				SALDO PATRIMONIAL		188.079.497.861,15	176.806.826.766,72

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	5.577.040.246,72	3.160.542.217,16	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	30.807.919.048,26	28.799.007.954,35
Atos Potenciais Ativos	5.577.040.246,72	3.160.542.217,16	Atos Potenciais Passivos	30.807.919.048,26	28.799.007.954,35
Garantias e Contragarantias Recebidas	168.201.410,21	145.473.634,71	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	5.150.114.008,46	2.756.283.700,98	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	26.774.303.055,08	24.996.919.305,78
Direitos Contratuais	258.724.828,05	258.784.881,47	Obrigações Contratuais	4.033.615.993,18	3.802.088.648,57
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	5.577.040.246,72	3.160.542.217,16	TOTAL	30.807.919.048,26	28.799.007.954,35

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-16.447.647.144,29
Recursos Vinculados	20.027.310.118,44
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-15.852.340,01
Previdência Social (RPPS)	112.997,58
Previdência Social (RGPS)	600,30
Dívida Pública	-4.533.491.880,90
Alienação de Bens e Direitos	21.246.815,11
Transferências Constitucionais e Legais	-1.579.736.549,38
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	7.248.741.268,28
Outros Recursos Vinculados	18.885.210.263,91
Recursos a Classificar	1.078.943,55
TOTAL	3.579.662.974,15

Demonstrações das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
EXERCÍCIO 2020
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
EMIÇÃO 20/01/2021
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	N.E.	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		78.586.067.417,41	91.253.915.415,34
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		345.345.398,80	510.122.643,00
Venda de Mercadorias		29.214,50	54.907,00
Vendas de Produtos		-	4.113,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		345.316.184,30	510.063.623,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		10.246.977.699,14	10.811.687.206,05
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		9.577.087.869,29	9.810.395.631,08
Juros e Encargos de Mora		1.752.764,01	361.891.773,98
Variações Monetárias e Cambiais		83.098.725,13	66.239.832,63
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		584.359.624,16	554.907.657,87
Aportes do Banco Central		-	-

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		678.716,55	18.252.310,49
Transferências e Delegações Recebidas		62.118.836.593,94	64.592.514.096,49
Transferências Intragovernamentais		62.032.382.073,05	64.484.509.871,11
Transferências Intergovernamentais		6.108.696,74	25.449.833,45
Transferências das Instituições Privadas		269.857,20	258.738,85
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		80.075.966,95	82.295.653,08
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	08	1.473.562.989,86	13.227.321.412,66
Reavaliação de Ativos		46.862.253,13	397.887.098,71
Ganhos com Alienação		437.051,30	1.964.604,75
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.352.637.456,48	8.798.013.028,18
Ganhos com Desincorporação de Passivos		73.626.228,95	4.029.456.681,02
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	09	4.401.344.735,67	2.112.270.057,14
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		383.479,15	289.657,93
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		3.834.830.556,85	1.439.139.161,72
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		566.130.699,67	672.841.237,49
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		61.935.961.360,02	77.971.274.669,92
Pessoal e Encargos		1.759.015.341,55	1.934.128.679,59
Remuneração a Pessoal		1.406.921.183,83	1.528.445.115,68
Encargos Patronais		291.255.635,33	306.046.631,99
Benefícios a Pessoal		23.144.604,76	53.249.032,02
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		37.693.917,63	46.387.899,90
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		636.373.051,73	592.934.176,10
Aposentadorias e Reformas		301.950.033,54	290.640.430,80
Pensões		304.356.793,90	298.726.191,44
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		30.066.224,29	3.567.553,86
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		1.041.829.006,61	1.254.887.912,79
Uso de Material de Consumo		31.439.801,50	40.869.698,09
Serviços		753.787.937,39	940.961.914,51
Depreciação, Amortização e Exaustão		256.601.267,72	273.056.300,19
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		7.629.556.929,67	8.303.910.969,49
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		144.668,40	10.834.631,21
Juros e Encargos de Mora		518.326,79	843.812.060,95
Variações Monetárias e Cambiais		174.030.605,03	136.362.662,34

Descontos Financeiros Concedidos		24.876,20	74.836,16
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		7.454.838.453,25	7.312.826.778,83
Transferências e Delegações Concedidas		40.527.562.348,81	47.825.899.897,19
Transferências Intragovernamentais		35.347.781.119,99	36.509.439.160,65
Transferências Intergovernamentais		4.971.913.707,99	11.040.757.353,93
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamen- tais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		900.000,00	3.844.212,70
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedi- das		206.967.520,83	271.859.169,91
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorpora- ção de Passivos	10	5.885.370.038,46	13.289.003.265,11
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		3.039.357.839,21	5.006.465.732,03
Perdas com Alienação		2.695.076,10	743,76
Perdas Involuntárias		1.831.904,73	2.714.328,99
Incorporação de Passivos		2.275.148.159,55	5.835.628.620,97
Desincorporação de Ativos		566.337.058,87	2.444.193.839,36
Tributárias		5.583.686,71	15.472.511,22
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		3.057.348,10	10.653.082,07
Contribuições		2.526.338,61	4.819.429,15
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		4.450.670.956,48	4.755.037.258,43
Premiações		-	-
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		1.343.336,28	1.318.663,67
Subvenções Econômicas		897.319.561,84	1.362.780.453,84
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		3.413.788.869,42	3.153.937.533,01
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		138.219.188,94	237.000.607,91
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	07	16.650.106.057,39	13.282.640.745,42

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
		2020	2019

Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
EXERCÍCIO 2020
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
EMIÇÃO 20/01/2021
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	N.E.	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	11	15.434.564.782,00	15.434.564.782,00	1.341.150.595,37	-14.093.414.186,63
Receitas Tributárias		14.098.271.396,00	14.098.271.396,00	-	-14.098.271.396,00
Impostos		14.098.271.396,00	14.098.271.396,00	-	-14.098.271.396,00
Taxas		-	-	-	-
Contribuições de Melhoria		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Contribuições Sociais		-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.		-	-	-	-
Receita Patrimonial		805.920.380,00	805.920.380,00	874.813.579,93	68.893.199,93
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		17.176.049,00	17.176.049,00	9.336.586,67	-7.839.462,33
Valores Mobiliários		404.080.209,00	404.080.209,00	578.376.630,59	174.296.421,59
Delegação de Serviços Públicos		-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais		384.664.122,00	384.664.122,00	287.100.362,67	-97.563.759,33
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	-	-
Cessão de Direitos		-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	-	-
Receita Agropecuária		58.761,00	58.761,00	29.214,50	-29.546,50
Receita Industrial		3.258,00	3.258,00	-	-3.258,00
Receitas de Serviços		525.456.523,00	525.456.523,00	423.742.857,04	-101.713.665,96
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		18.170.408,00	18.170.408,00	15.792.913,69	-2.377.494,31
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		372.852.877,00	372.852.877,00	222.611.596,80	-150.241.280,20
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras		134.433.238,00	134.433.238,00	185.334.868,05	50.901.630,05
Outros Serviços		-	-	3.478,50	3.478,50

Transferências Correntes		288.000,00	288.000,00	269.857,20	-18.142,80
Outras Receitas Correntes		4.566.464,00	4.566.464,00	42.295.086,70	37.728.622,70
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		1.999.612,00	1.999.612,00	934.106,12	-1.065.505,88
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		211.355,00	211.355,00	31.249.715,16	31.038.360,16
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		-	-	-	-
Demais Receitas Correntes		2.355.497,00	2.355.497,00	10.111.265,42	7.755.768,42
RECEITAS DE CAPITAL	12	1.525.198.926,00	1.525.198.926,00	2.199.602.687,88	674.403.761,88
Operações de Crédito		658.414.407,00	658.414.407,00	-	-658.414.407,00
Operações de Crédito Internas		658.414.407,00	658.414.407,00	-	-658.414.407,00
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Alienação de Bens		3.692.990,00	3.692.990,00	5.740.142,17	2.047.152,17
Alienação de Bens Móveis		-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis		3.692.990,00	3.692.990,00	5.740.142,17	2.047.152,17
Alienação de Bens Intangíveis		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		862.876.245,00	862.876.245,00	2.193.672.799,71	1.330.796.554,71
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		215.284,00	215.284,00	189.746,00	-25.538,00
Integralização do Capital Social		-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil		-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional		215.284,00	215.284,00	189.746,00	-25.538,00
Demais Receitas de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		16.959.763.708,00	16.959.763.708,00	3.540.753.283,25	-13.419.010.424,75
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		16.959.763.708,00	16.959.763.708,00	3.540.753.283,25	-13.419.010.424,75
DEFICIT				29.542.300.016,15	29.542.300.016,15
TOTAL		16.959.763.708,00	16.959.763.708,00	33.083.053.299,40	16.123.289.591,40
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO		-	1.973.036.663,00	1.973.036.663,00	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		-	376.070.213,00	376.070.213,00	-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N.E.	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	13	6.617.452.532,00	5.798.009.751,00	4.769.131.378,06	4.295.017.703,31	4.131.643.800,37	1.028.878.372,94
Pessoal e Encargos Sociais		2.335.166.565,00	2.408.686.209,00	2.350.305.100,53	2.312.309.998,06	2.170.563.929,81	58.381.108,47
Juros e Encargos da Dívida		14.002.664,00	14.829.934,00	14.147.332,40	14.147.332,40	14.147.332,40	682.601,60
Outras Despesas Correntes		4.268.283.303,00	3.374.493.608,00	2.404.678.945,13	1.968.560.372,85	1.946.932.538,16	969.814.662,87
DESPESAS DE CAPITAL	14	26.446.727.482,00	31.260.326.028,00	28.313.921.921,34	17.056.302.288,37	16.946.626.820,79	2.946.404.106,66
Investimentos		9.500.998.502,00	11.886.431.604,00	11.196.516.413,39	2.829.897.709,47	2.720.222.241,89	689.915.190,61

Inversões Financeiras		16.945.728.980,00	19.373.894.424,00	17.117.405.507,95	14.226.404.578,90	14.226.404.578,90	2.256.488.916,05
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15	153.016.984,00	153.016.984,00	-	-	-	153.016.984,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS		33.217.196.998,00	37.211.352.763,00	33.083.053.299,40	21.351.319.991,68	21.078.270.621,16	4.128.299.463,60
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		33.217.196.998,00	37.211.352.763,00	33.083.053.299,40	21.351.319.991,68	21.078.270.621,16	4.128.299.463,60
TOTAL		33.217.196.998,00	37.211.352.763,00	33.083.053.299,40	21.351.319.991,68	21.078.270.621,16	4.128.299.463,60

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N.E.	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		144.067.884,44	363.637.658,36	286.140.734,07	250.625.587,59	99.627.269,97	157.452.685,24
Pessoal e Encargos Sociais		7.022.823,74	14.734.662,81	6.779.933,37	6.779.933,37	11.749.039,86	3.228.513,32
Juros e Encargos da Dívida		1.078.943,55	-	-	-	1.078.943,55	-
Outras Despesas Correntes		135.966.117,15	348.902.995,55	279.360.800,70	243.845.654,22	86.799.286,56	154.224.171,92
DESPESAS DE CAPITAL	16	4.610.071.239,16	8.594.399.475,16	4.622.300.014,51	4.030.974.761,93	790.433.566,30	8.383.062.386,09
Investimentos		4.464.584.960,48	6.936.306.721,95	3.849.824.089,09	3.258.498.836,51	790.433.566,30	7.351.959.279,62
Inversões Financeiras		145.486.278,68	1.658.092.753,21	772.475.925,42	772.475.925,42	-	1.031.103.106,47
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL		4.754.139.123,60	8.958.037.133,52	4.908.440.748,58	4.281.600.349,52	890.060.836,27	8.540.515.071,33

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N.E.	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		37.444.301,57	399.994.112,60	207.658.367,51	1.113.645,66	228.666.401,00
Pessoal e Encargos Sociais		11.800.707,43	167.860.272,80	166.852.467,16	53.205,77	12.755.307,30
Juros e Encargos da Dívida		778.101,46	-	-	-	778.101,46
Outras Despesas Correntes		24.865.492,68	232.133.839,80	40.805.900,35	1.060.439,89	215.132.992,24
DESPESAS DE CAPITAL	17	1.418.037.880,55	7.708.820.207,15	2.961.136.535,74	862.346.423,83	5.303.375.128,13
Investimentos		715.379.482,60	6.207.410.585,78	2.565.634.113,95	586.850.050,83	3.770.305.903,60
Inversões Financeiras		702.658.397,95	1.501.409.621,37	395.502.421,79	275.496.373,00	1.533.069.224,53
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL		1.455.482.182,12	8.108.814.319,75	3.168.794.903,25	863.460.069,49	5.532.041.529,13

Balço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TÍTULO BALÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
EXERCÍCIO 2020
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
EMIÇÃO 20/01/2021
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS				DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	N.E.	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Receitas Orçamentárias	19	3.540.753.283,25	2.294.174.395,49	Despesas Orçamentárias	33.083.053.299,40	32.522.853.659,60
Ordinárias		-	-	Ordinárias	10.649.935.715,43	13.748.230.175,01
Vinculadas		4.449.075.987,52	2.587.552.600,88	Vinculadas	22.433.117.583,97	18.774.623.484,59
Previdência Social (RPPS)		-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	219.938.300,40	487.484.365,90
Receitas Financeiras			5.087.997,40	Previdência Social (RPPS)	373.620.564,70	117.791.883,68
Dívida Pública			2.099.998,00	Receitas Financeiras		2.592.091.221,71
Alienação de Bens e Direitos		5.730.677,48	15.087.486,89	Dívida Pública	5.507.281.229,39	16.855.369,50
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		4.438.466.867,53	2.562.158.001,82	Alienação de Bens e Direitos	2.832.456,13	7.435.520,04
Outros Recursos Vinculados		2.580.283,62	2.078.226,37	Transferências Constitucionais e Legais	14.098.271.396,00	13.727.052.425,00
Recursos a Classificar		2.298.158,89	1.040.890,40	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.231.173.637,35	1.821.303.598,76
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-908.322.704,27	-293.378.205,39	Outros Recursos Vinculados		4.609.100,00
Transferências Financeiras Recebidas	20	62.009.664.897,72	63.766.144.812,64	Transferências Financeiras Concedidas	34.988.898.718,36	35.356.240.118,81
Resultantes da Execução Orçamentária		44.890.116.492,47	48.825.886.633,28	Resultantes da Execução Orçamentária	24.125.159.308,12	26.463.462.206,26
Cota Recebida		21.516.655.352,17	23.103.290.931,87	Repasse Concedido	16.130.456.514,26	17.247.334.902,38
Repasse Recebido		15.544.054.628,28	16.584.313.821,16	Sub-repasse Concedido	7.781.359.036,03	9.133.196.175,17
Sub-repasse Recebido		7.781.359.036,03	9.133.196.175,17	Cota Devolvida	165.296.281,84	77.596.869,65
Repasse Devolvido		7.199.750,69	4.380.808,39	Repasse Devolvido	7.199.750,69	4.629.362,37
Sub-repasse Devolvido		40.847.725,30	704.896,69	Sub-repasse Devolvido	40.847.725,30	704.896,69
Independentes da Execução Orçamentária		17.119.548.405,25	14.940.258.179,36	Independentes da Execução Orçamentária	10.863.739.410,24	8.892.777.912,55
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		15.826.633.354,24	14.271.907.335,02	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	8.997.283.944,47	7.634.115.201,01
Demais Transferências Recebidas		53.873.706,59	21.163.680,10	Demais Transferências Concedidas	44.259.562,74	11.381.310,42
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.238.921.317,02	642.419.105,78	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.822.075.875,63	1.246.168.712,29

Movimentações para Incorporação de Saldos		120.027,40	4.768.058,46	Movimentações para Incorporação de Saldos	120.027,40	1.112.688,83
Aporte ao RPPS		-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS		-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	21	19.863.401.307,66	16.889.594.172,55	Pagamentos Extraorçamentários	26.309.806.467,32	14.497.743.710,07
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		273.049.370,52	244.470.931,62	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.168.794.903,25	585.972.815,61
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		11.731.733.307,72	8.958.037.133,52	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.281.600.349,52	5.515.605.118,59
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		7.578.426.428,77	7.370.251.317,94	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.605.225.845,46	7.523.833.990,35
Outros Recebimentos Extraorçamentários		280.192.200,65	316.834.789,47	Outros Pagamentos Extraorçamentários	11.254.185.369,09	872.331.785,52
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		15.696,82	10.179,53	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		1.177.455,65
Restituições a Pagar		7.708.751,24		Valores Compensados	34.141,51	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		5.882,92	279,13	Demais Pagamentos	11.254.151.227,58	871.154.329,87
Arrecadação de Outra Unidade		244.965.092,45	315.732.726,47			
Valores para Compensação			309.282,34			
Valores em Trânsito		27.496.777,22	782.322,00			
Saldo do Exercício Anterior		38.418.290.425,43	37.845.214.533,23	Saldo para o Exercício Seguinte	29.450.351.428,98	38.418.290.425,43
Caixa e Equivalentes de Caixa		38.418.290.425,43	37.845.214.533,23	Caixa e Equivalentes de Caixa	29.450.351.428,98	38.418.290.425,43
TOTAL	18	123.832.109.914,06	120.795.127.913,91	TOTAL	123.832.109.914,06	120.795.127.913,91

Demonstração dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (SUPERIOR) - ADMINIS-
TRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
EXERCÍCIO 2020
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
EMIÇÃO 20/01/2021
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	N.E.	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		6.230.049.505,53	18.990.813.209,84
INGRESSOS	23	71.209.608.171,69	72.810.715.788,94

Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	296.820.428,49	290.285.901,23
Receita Agropecuária	29.214,50	54.907,00
Receita Industrial	-	4.113,00
Receita de Serviços	423.742.857,04	502.536.459,75
Remuneração das Disponibilidades	577.993.151,44	541.959.183,39
Outras Receitas Derivadas e Originárias	42.484.832,70	22.395.745,20
Transferências Recebidas	269.857,20	258.738,85
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	269.857,20	258.738,85
Outros Ingressos Operacionais	69.868.267.830,32	71.453.220.740,52
Ingressos Extraorçamentários	7.578.426.428,77	7.370.251.317,94
Restituições a Pagar	7.708.751,24	
Cancelamento de Obrigações do Exercício	5.882,92	279,13
Anterior		
Transferências Financeiras Recebidas	62.009.664.897,72	63.766.144.812,64
Arrecadação de Outra Unidade	244.965.092,45	315.732.726,47
Valores para Compensação		309.282,34
Valores em Trânsito	27.496.777,22	782.322,00
DESEMBOLSOS	-64.979.558.666,16	-53.819.902.579,10
Pessoal e Demais Despesas	-4.013.446.955,37	-4.695.739.553,14
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-30.626,32	-356.198,06
Administração	-846.820.221,75	-903.101.859,27
Defesa Nacional	-470.254,54	-685.874,11
Segurança Pública	-20.813.895,99	-26.471.588,92
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-15.783,91	-
Previdência Social	-586.574.710,82	-579.152.615,09
Saúde	-	-26.715,01
Trabalho	-83.837,15	-285.226,93
Educação	-	-190.032,10
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-1.047.061.702,81	-1.152.652.194,94
Habitação	-84.624,00	-16.378.711,98
Saneamento	-	-32.616,46
Gestão Ambiental	-199.520.212,36	-258.256.589,60
Ciência e Tecnologia	-3.651.601,41	-4.408.597,98
Agricultura	-87.356.895,93	-82.940.546,90
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-331.794,20
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-

Transporte		-1.934.758,53	-3.082.002,38
Desporto e Lazer		-	-
Encargos Especiais		-1.219.043.526,67	-1.667.396.568,74
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		15.696,82	10.179,53
Juros e Encargos da Dívida		-14.147.332,40	-11.583.821,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-13.547.244,38	-11.128.814,58
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-600.088,02	-455.006,42
Transferências Concedidas		-7.103.654.445,48	-5.360.173.310,28
Intergovernamentais		-6.794.574.378,68	-5.063.880.626,33
A Estados e/ou Distrito Federal		-1.771.596.155,34	-1.839.430.538,00
A Municípios		-5.022.978.223,34	-3.224.450.088,33
Intragovernamentais		-203.258.424,92	-201.613.850,39
Outras Transferências Concedidas		-105.821.641,88	-94.678.833,56
Outros Desembolsos Operacionais		-53.848.309.932,91	-43.752.405.894,68
Dispêndios Extraorçamentários		-7.605.225.845,46	-7.523.833.990,35
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores			-1.177.455,65
Transferências Financeiras Concedidas		-34.988.898.718,36	-35.356.240.118,81
Valores Compensados		-34.141,51	
Demais Pagamentos		-11.254.151.227,58	-871.154.329,87
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	24	-15.197.988.501,98	-18.417.737.317,64
INGRESSOS		2.199.412.941,88	936.679.347,07
Alienação de Bens		5.740.142,17	14.679.123,38
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		2.193.672.799,71	922.000.223,69
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-17.397.401.443,86	-19.354.416.664,71
Aquisição de Ativo Não Circulante		-1.756.015.274,51	-1.642.361.268,79
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-13.710.311.530,17	-13.960.827.123,43
Outros Desembolsos de Investimentos		-1.931.074.639,18	-3.751.228.272,49
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	25	-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22	-8.967.938.996,45	573.075.892,20
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		38.418.290.425,43	37.845.214.533,23
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		29.450.351.428,98	38.418.290.425,43

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

[illegible]

Saldo Final do Exercício 2019		11.664.392.626,51	581.383.549,73	2.266.923,14	-	2.695.992,14	178.229.570.499,85	35.905.204,38	-	190.516.214.795,75
-------------------------------	--	-------------------	----------------	--------------	---	--------------	--------------------	---------------	---	--------------------

Especificação	N.E.	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Au- mento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acu- mulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesoura- ria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020		11.664.392.626,51	581.383.549,73	2.266.923,14	-	2.695.992,14	178.229.570.499,85	35.905.204,38	-	190.516.214.795,75
Variação Cambial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	26	-	336.144.009,96	-	-	-	154.857.444,37	-	-	491.001.454,33
Aumento/Redução de Capital	27	515.689.315,56	-515.625.304,59	-	-	-	-	-	-	64.010,97
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	28	-	-	-	-	-496.742,88	55.094.154,80	-	-	54.597.411,92
Ajuste de Avaliação Patrimonial	29	-	-	-	-	-	-	-2.199.063,46	-	-2.199.063,46
Resultado do Exercício	30	-	-	-	-	-	16.650.106.057,39	-	-	16.650.106.057,39
Constituição/Reversão de Reservas	31	-	-	-2.266.923,14	-	-	17.388.097,38	-	-	15.121.174,24
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2020		12.180.081.942,07	401.902.255,10	-	-	2.199.249,26	195.107.016.253,79	33.706.140,92	-	207.724.905.841,14

3.1) Resumo das Principais Práticas Contábeis – Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCON do Ministério do Desenvolvimento Regional foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangeram, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 8ª edição).

Os valores constantes das Demonstrações Contábeis foram levantados a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como escopo as informações consolidadas em nível de Órgão Superior, ou seja, englobaram as contas do Ministério, no que se refere à execução de suas unidades gestoras, as contas dos Órgãos e entidades vinculadas e também dos Fundos Regionais e Fundos Constitucionais, a saber: CODEVASF; DNOCS; ANA; SUDECO (FDCO); SUDENE (FDNE); SUDAM (FDA); TRENSURB; CBTU; FNHIS; FNO; FCO e FNE.

Na consolidação das demonstrações contábeis do MDR não foram utilizados os critérios de exclusão e compensações, considerando que no SIAFI este mecanismo está disponibilizado apenas em nível do Balanço Geral da União. Entretanto estas demonstrações contábeis consolidadas representam o agregado dos saldos de todas as unidades gestoras, órgãos e entidades, em nível de Órgão Superior.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

Balanço Patrimonial (BP);
Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
Balanço Orçamentário (BO);
Balanço Financeiro (BF);
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas na conta única da União, prática adotada por este Órgão.

3.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis aplicadas ao Setor Público

A seguir, serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, seguidos por este Ministério, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP.

- **Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras** - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.
- **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data apresentada nas demonstrações contábeis.

- **Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo** - São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo, e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data apresentada nas demonstrações contábeis. Quando mensuráveis são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- **Depósitos Restituíveis** - são os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo seu custo histórico acrescido dos rendimentos do período.
- **Créditos a curto prazo** - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.
- **Estoques** – Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.
- **Ativo realizável a longo prazo** - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; empréstimos e financiamentos concedidos; investimentos temporários; e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.
- **Ajuste para Perdas da Dívida Ativa** – a metodologia adotada para mensuração do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa, foi pelo histórico de recebimentos, e houve algum tipo de classificação dos créditos pelas suas características de recuperabilidade;
- **Investimentos** – São compostos por: participações permanentes; propriedades para investimento; e demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: valor justo e custo depreciado. Os demais investimentos representam cotas integralizadas no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data apresentada nas demonstrações contábeis. Quando

mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (*impairment*), fruto de avaliações periódicas.

- **Imobilizado** – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
- **Intangível** – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).
- **Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis** - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.
- **Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet** - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.
- **Reavaliação, redução ao valor recuperável** – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;
- **Passivos circulantes e não circulantes** - As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes; provisões; e demais obrigações.

- **Empréstimos e financiamentos** - Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).
- **Provisões** – As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e, é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data apresentada nas demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015.
- **Benefícios a empregados** - Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência.
- **Ativos e Passivos Contingentes** – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.
- **Apuração do Resultado** – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 - I. **Resultado Patrimonial** - na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial.
 - II. **No Balanço Orçamentário** é apurado o Resultado Orçamentário o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário.
 - III. **No Balanço Financeiro** ou na **Demonstração do Fluxo de Caixa** é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

4) Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos

contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

No contexto da União ficaram definidos os prazos apresentados no quadro abaixo, seguido por este Ministério e demais Órgãos da União. Demonstrado a situação que se encontra cada procedimento: implantado, em andamento, não iniciado.

Procedimento Contábil Patrimonial	Prazo União	Situação
PCP 1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	2017	Implantado
PCP 2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários , bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	2018	Implantado
PCP 3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Imediato	Implantado
PCP 4 -Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas	Imediato	Implantado
PCP 5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência	2018	Implantado
PCP 6 - Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas	2018	Implantado
PCP 7 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis ; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	Imediato	Implantado
PCP 8 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura ; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	2019	Implantado
PCP 9 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural ; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	2021	Não iniciado
PCP 10 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias .	Imediato	Implantado

PCP 11 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex: 13º salário, férias, etc).	Imediato	Implantado
PCP 12 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Implantado
PCP 13 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	Imediato	Implantado
PCP 14 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A definir	Implantado
PCP 15 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	2019	Implantado
PCP 16 - Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A definir	Em andamento
PCP 17 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes , e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. União	Imediato	Implantado
PCP 18 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	2019	Implantado
PCP 19 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP (a partir de 01/01/2021).	A definir	

5) Notas Explicativas aos Itens das Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

Nota 01 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Curto Prazo

No quarto trimestre de 2020, no Ativo Circulante, a variação absoluta aumentativa de R\$ 9.575.245.674,97, na conta de ***Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Curto Prazo***, representou uma variação a maior de 51,74%. O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO foi o responsável pelo maior acréscimo decorrente deste grupo de contas, em decorrência de transferências de saldos da conta Empréstimos e Financiamentos Concedidos de longo prazo para o curto prazo, no valor de R\$5.000.000.000,00, no mês de fevereiro de 2020 que manteve seu impacto nos demais trimestres. Esta conta representou 12,69% do total do Ativo no trimestre.

Nota 02 – Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

No quarto trimestre de 2020, ocorreu uma variação absoluta de R\$ 12.382.640.553,54 na conta de ***Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo***, representando uma variação percentual de 10,11%. O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO foram os responsáveis pelo maior acréscimo decorrente de contratos de empréstimos e financiamentos concedidos, incluindo os encargos contratuais de juros e correção monetária incidentes sobre as operações de créditos. Esta Conta representou 60,92% do total do Ativo no trimestre.

Nota 03 – Diferido/Amortização Acumulada

Houve redução de 78,96% no grupo Diferido, em virtude aumento de amortização na Companhia Brasileira de Trens Urbanos, unidade da Bahia. A variação absoluta foi de R\$ 547.842,35 e conforme escrituração contábil a amortização foi encerrada em julho de 2020.

Nota 04 – Provisões a Curto prazo

No quarto trimestre de 2020 ocorreu uma redução de 89,98% em Provisões a Curto Prazo, ocorrida majoritariamente na Companhia Brasileira de Trens Urbanos, ocasionada pela baixa em dezembro dos altos valores registrados em Provisões para Indenizações Cíveis e Provisões para pagamentos de autuações fiscais que se encontram na esfera judicial em fase recursal, na unidade da Administração Central. Essas provisões foram registradas no final de 2019 e os saldos baixadas em 2020.

Nota 05 – Provisão a Longo Prazo

Houve aumento absoluto de R\$ 2.886.252.620,40, representando variação de 1.536,25%, neste grupo do passivo, também em sua totalidade na Companhia Brasileira de Trens Urbanos e impactado praticamente pela unidade da Administração Central. É relativo a registros de Provisões para Indenizações Trabalhistas para 2021, sendo que em 2019 não houve registro dessa provisão nessa unidade.

Nota 06 – Patrimônio Líquido/Resultados de exercícios anteriores

A conta de *Resultados de Exercícios Anteriores* do grupo Resultados Acumulados – PL, apresentou um acréscimo percentual no quarto trimestre de 8,15%, em relação ao exercício de 2019, evidenciando uma variação absoluta aumentativa de R\$ 13.435.527.240,55. As maiores variações de acréscimo referente a Superávit Financeiro ocorreram na Agência Nacional de Águas e no Ministério do Desenvolvimento Regional, especialmente na Secretaria Nacional de Segurança Hídrica e na Secretaria Nacional de Defesa Civil, nessas últimas relacionados à transferência de saldos de Ajustes de Exercícios Anteriores para Superávit na abertura do exercício de 2020. A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, apresentou variação aumentativa em Prejuízos Acumulado de Exercícios Anteriores, com mais expressão na Administração Central. Este Grupo de Contas representou o percentual de 80,55% do total do Passivo e Patrimônio Líquido.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Nota 07 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das *Variações Patrimoniais Aumentativas* (VPA) com as *Variações Patrimoniais Diminutivas* (VPD) e é evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP.

As VPA'S são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPD'S são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

O Resultado Patrimonial do quarto trimestre de 2020 apurado, após confrontação das *Variações Patrimoniais Aumentativas* com as *Variações Patrimoniais Diminutivas*, foi de R\$ 16,7 (bilhões) positivo, e espelhou um acréscimo no percentual de 25,35% em relação ao 4º trimestre de 2019.

Nota 08 – Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos

O grupo Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos apontou um decréscimo de 88,86% no quarto trimestre de 2020, demonstrando assim uma variação absoluta negativa de R\$ 11.753.758.422,80. Dessa forma, verifica-se que a conta Ganhos com Incorporação de Ativos apresentou um decréscimo de 84,63% contabilizadas com maior representatividade no Órgão 53000 – MDR, na Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC, referente a liberação financeira de recurso efetuadas no Exercício de 2019. Por outro lado, no mesmo período, observa-se um decréscimo significativo nos Ganhos com Desincorporação de Passivos no percentual de 98,17 contabilizadas no Exercício de 2019 e com reflexo negativo na comparação com o 4º trimestre de 2020 na Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

Nota 09 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

No grupo Outras Variações Patrimoniais Aumentativas tiveram, no quarto trimestre de 2020, um acréscimo em percentual de 108,37%; em valor absoluto acumulou um aumento de R\$ 2.289.074.678,53, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Maior destaque para a

Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas, a qual apresentou a Companhia Brasileira de Trens Urbanos. com um percentual de 376,70% de acréscimo.

Nota 10 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

O grupo Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos apontou um decréscimo de 55,71% no quarto trimestre de 2020, demonstrando uma variação absoluta negativa de R\$ 7.403.663.226,65. Os valores de maiores relevâncias referem-se às contabilizações da conta Incorporação de Passivos, que teve um recuo de 61,01%, com destaque para a Cia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, bem como para órgão Ministério do Desenvolvimento Regional, na Secretaria Nacional de Habitação. Outra conta que apresentou redução de 76,91% foi a de Desincorporação de Ativos, com maior representatividade no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Nota 11 – Receitas Correntes

Destaque para insuficiência de arrecadação com a frustração de 100% das **Receitas Correntes Tributárias (Impostos)**, no Balanço Orçamentário do Órgão Superior/MDR. Impacto visualizado pelo somatório de valores nos seguintes Órgãos: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste. Conforme Mensagem Tesouro nº 2018/1126421 d e 30/08/18, essa frustração justifica-se tendo em vista que essas receitas são decorrentes da arrecadação da natureza de receita 11130111 – IRPF, fonte de recursos 01, a qual é realizada na Receita Federal do Brasil, responsável pela gestão e arrecadação dessa receita, no entanto, não é a beneficiária desses recursos, os quais são transferidos por meio de Programação Financeira, aos citados Fundos Constitucionais, por intermédio da COFIN/STN, via Ministério do Desenvolvimento Regional, Órgão Superior, no qual consta o registro da Previsão da Receita Atualizada.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	FRUSTRAÇÃO DA RECEITA
RECEITAS CORRENTES			
Impostos	14.098.271.396,00	0,00	100%
Total	14.098.271.396,00	0,00	

Desconsiderando as **Receitas Correntes Tributárias (Impostos)**, conforme explicado no item anterior, e as Receitas de Contribuições que não foram previstas/realizadas, o percentual de participação das Receitas Correntes e de Capital realizados em relação às Receitas Prevista é demonstrado pelo quadro abaixo.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	% REALIZAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	15.434.564.782,00	1.341.150.595,37	8,69
RECEITAS DE CAPITAL	1.525.198.926,00	2.199.602.687,88	144,22
Total	16.959.763.708,00	3.540.753.283,25	20,88

A realização de receitas representou 20,88% do total das Receitas previstas atingindo cerca de 3,5 bilhões. Desse montante realizado, 37,88% dizem respeito a Receitas Correntes e 62,12% são referentes a Receitas de Capital.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITAS REALIZADAS	% REALIZAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	1.341.150.595,37	37,88
RECEITAS DE CAPITAL	2.199.602.687,88	63,12
Total	3.540.753.283,25	100,00

Em análise realizada de forma detalhada na realização de receitas, no quarto trimestre, fica evidenciada uma insuficiência na arrecadação de Receita Corrente em todos os grupos, exceto em Receita de Serviços – Outros Serviços e Indenizações, Restituições e Ressarcimentos em que teve percentual de realização superior a previsão atualizada, evidenciando frustração de previsão/excesso de arrecadação.

	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	FRUSTRAÇÃO NA PREVISÃO/EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Serviços – Outros Serviços	0,00	3.478,50	100,00%
Outras Receitas Correntes			
Indenização, Restituição e Ressarcimentos	211.355,00	31.249.715,16	14.785,42%
Total	211.355,00	31.253.193,66	

As principais insuficiências foram identificadas nos seguintes grupos e percentuais:

	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	INSUFICIÊNCIA NA ARRECADAÇÃO DA RECEITA
RECEITAS CORRENTES			
Receita Tributária – Impostos	14.098.271.396,00	0,00	100,00%
Receita Patrimonial			
Exploração de Recursos Naturais	384.664.122,00	287.100.362,67	74,64%
Receita Agropecuária	58.761,00	29.214,50	49,72%
Receita Industrial	3.258,00	0,00	100,00%
Receita de Serviços			
Atividades referentes à navegação o transporte	372.852.877,00	222.611.596,80	59,70%
Atividades Financeiras	134.433.238,00	185.334.868,05	137,86%
Total	15.394.363.861,00	695.076.042,02	

Os grupos em que se identificam maior percentual de participação nas Receitas Correntes são os destacados a seguir:

Receita Patrimonial

Receitas de Valores Mobiliários – representa 43,12% da realização das Receitas Correntes. Destaque para os valores de receitas realizados nos Órgãos: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia; Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social/MDR, todos em virtude do grande volume de recursos provenientes de rendimentos de aplicações de recursos da Conta Única.

Receita de Exploração de Recursos Naturais – são 21,40% da realização das Receitas Correntes, sendo totalmente realizada na Agência Nacional de Águas por arrecadação relativa à compensação financeira por utilização de recursos hídricos para a geração de energia elétrica.

Receita de Serviços

Serviços e Atividades referentes à Navegação e ao Transporte – representa 16,59% das receitas realizada especificamente na Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre e na Companhia Brasileira de Trens Urbanos referentes aos Serviços de Transporte Ferroviário.

Outras Receitas Correntes

Indenizações, Restituições e Ressarcimentos

Representam 2,33% das Receitas Correntes e Conforme denominação das receitas definidas pela Secretaria de Orçamento, e, escrituração contábil constante nos documentos realizados pelos Órgãos no SIAFI, assim as receitas foram identificadas: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A (*recuperação de despesas de exercícios anteriores e canceladas no exercício corrente*); Agência Nacional de Águas (*recuperação de despesas de exercícios anteriores fonte vinculada*); Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco (*remuneração de depósitos bancários, rendimentos de aplicações de recursos da Conta Única, multas e juros de mora de serviços administrativos, serviços de fornecimento de água e receita de energia elétrica*); Companhia Brasileira de Trens Urbanos-Adm. Central (*serviços de transporte ferroviário, aluguéis, arrecadação do Sistema elétrico-GRE, recuperação de despesas de exercícios anteriores e outras restituições*); Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (impacto observado no Fundo de Desenvolvimento do Nordeste nas receitas de *outras restituições* referentes a *ressarcimentos* à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e de *recursos glosados pelo Banco do Nordeste* em virtude da atualização da taxa SELIC);

Nota 12 – Receitas de Capital

No tocante às Receitas de Capital, nos grupos de contas ***Alienação de Bens*** e ***Amortização de Empréstimos*** foram identificados excesso de arrecadação conforme demonstra o quadro abaixo. Destaque para não realização de 100% nas receitas de Capital de ***Operações de Crédito – Mercado Interno***, evidenciado no Balanço Orçamentário do Órgão Superior registrado nas Setoriais Financeiras de todos os Órgãos vinculados ao MDR e na Setorial Financeira do MDR.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	INSUFICIÊNCIA/ EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
RECEITAS DE CAPITAL			
<i>Operações de Crédito – Mercado Interno</i>	658.414.407,00	0,00	100,00%
<i>Alienação de Bens Imóveis</i>	3.692.990,00	5.740.142,17	55,43%
<i>Amortização de Empréstimos</i>	862.876.245,00	2.193.672.799,71	154,23%
Total	1.521.290.652,00	2.199.412.941,88	

As principais insuficiências foram identificadas nos seguintes grupos e percentuais:

	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	INSUFICIÊNCIA NA ARRECADAÇÃO DA RECEITA
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de Crédito			
Operações de Crédito Internas	658.414.407,00	0,00	100,00%
Outras Receitas de Capital			
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	215.284,00	189.746,00	11,86%
Total	662.322.681,00	3.216.989,76	

Os grupos em que se identificam maior percentual de participação nas Receitas de Capital são os destacados a seguir:

Alienação de Bens

Alienação de Bens Imóveis

Compõe 0,26% da realização das Receitas de Capital com registros na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco, maior participação, e no Departamento Nacional de Obras contra a Seca, em virtude de alienação de imóveis rurais.

Amortização de Empréstimos

Representam 99,73% da realização das Receitas de Capital, proveniente de arrecadação na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, maior parte, e na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, referente à amortização de empréstimo e financiamentos concedidos.

Nota 13 – Despesas Correntes

A ***Dotação Atualizada*** do MDR para as Despesas Orçamentárias atingiu cerca de R\$ 37,2 bilhões, disponibilizada pela Secretaria de Orçamento Federal devidamente registrada no SIAFI.

Para as ***Despesas Correntes*** foi reservado o percentual de 19,53%, cerca de R\$ 5,8 bilhões. Desse montante foram empenhados 82,25%, o que correspondeu a R\$ 4,7 bilhões executados.

A tabela abaixo demonstra as despesas executadas/empenhadas conforme rubricas: *Pessoal e Encargos Sociais*, *Juros e Encargos da Dívida* e *Outras Despesas Correntes*, nos seguintes percentuais:

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%
			ORÇAMENTO EXECUTADO
DESPESAS CORRENTES			
Pessoal e Encargos Sociais	2.408.686.209,00	2.350.305.100,53	97,58%
Juros e Encargos da Dívida	14.829.934,00	14.147.332,40	95,40%
Outras Despesas Correntes	3.374.493.608,00	2.404.678.945,13	71,36%
Total	5.798.009.751,00	4.769.131.378,06	

Nas ***Despesas de Pessoal e Encargos Sociais***, observada maior execução sequenciada decrescente nos Órgãos: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf; Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU; Departamento Nacional de Obras contra as Secas - Dnocs; e Ministério do Desenvolvimento Regional. O somatório das despesas empenhadas nos citados Órgãos, equivaleu a 88,07% do total executado, na rubrica *Pessoal e Encargos Sociais*, em nível de Órgão Superior. Desembolso justificado nas despesas com salários, encargos patronais, benefícios previdenciários/assistenciais e pensões pagos a empregados e servidores.

A execução das despesas de ***Juros e Encargos da Dívida***, ocorreram em sua totalidade na Companhia Brasileira de Trens Urbanos referente a pagamento da dívida interna de financiamento de médio e longo prazo.

Na rubrica ***Outras Despesas Correntes***, maior execução sequenciada decrescente constada nos

Órgãos: Ministério do Desenvolvimento Regional; Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU; Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre/RS – Trensurb.

Nota 14 – Despesas de Capital

Da **Dotação Atualizada** do Órgão, cerca de R\$ 31 bilhões, foram reservados para as **Despesas de Capital**. Compostas pelas despesas empenhadas nas rubricas **Investimentos e Inversões Financeiras**, nos percentuais de execução demonstrados a seguir.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATU-ALIZADA	DESPESAS EM-PENHADAS	ORÇAMENTO
			EXECUTADO
			%
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	11.886.431.604,00	11.196.516.413,39	94,20%
Inversões Financeiras	19.373.894.424,00	17.117.405.507,95	88,35%
Total	31.260.326.028,00	28.313.921.921,34	

As despesas realizadas com **Investimentos** atingiram o montante de R\$ 11,8 bilhões, correspondendo a 94,20% da **Dotação Atualizada** na rubrica. Desse montante, grande parte das referidas despesas foram identificadas de forma decrescente de valores, em percentual sobre a despesa empenha total, nos seguintes Órgãos: Ministério do Desenvolvimento Regional e na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco. Destaque para execução da despesa no MDR, tendo em vista relevância nos investimentos realizados pela Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, Secretaria Nacional de Defesa Civil e Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano.

As despesas com **Inversões financeiras** lideraram as **Despesas de Capital empenhadas**, alcançaram o montante de R\$ 19 bilhões, o equivalente a 88,35% da **Dotação Atualizada**. Essas despesas foram identificadas, a valores decrescentes de realização, basicamente, nos seguintes Órgãos: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste; Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Os registros contábeis das despesas empenhadas a título de **Inversões Financeiras** realizados nos Fundos Constitucionais apontaram para grande volume de recebimento de recursos os quais foram executados e repassados aos seus respectivos agentes financeiros (bancos), visando a realização de financiamentos concedidos, objeto das atividades fins dos citados Fundos.

Nota 15 - Reserva de Contingência

Constituída dotação de Reserva de Contingência nas Setoriais Financeiras do Ministério do Desenvolvimento Regional, no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Não houve execução desse orçamento no quarto trimestre.

Nota 16 e Nota 17 – Despesas de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados

O pagamento de **Restos a Pagar Processados e não Processados**, atingiu o montante de R\$ 4,8

bilhões. O total acumulado de inscrições de restos a pagar está na ordem de 14,7 bilhões. Do total dos cancelamentos executados, 11,19% foram de Despesas Correntes e 88,80% de Despesas de Capital.

BALANÇO FINANCEIRO

Nota 18 – Resultado Financeiro do Exercício

				R\$ milhões
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	Varição Absoluta
Receita Orçamentária	3.540.753.283	2.294.174.395	54,34	1.246.578.888
Despesa Orçamentária	-33.083.053.299	-32.522.853.660	1,72	-560.199.640
Resultado Orçamentário	= -29.542.300.016	-30.228.679.264	-2,27	686.379.248
Transferências Financeiras Recebidas	62.009.664.898	63.766.144.813	-2,75	-1.756.479.915
Transferências Financeiras Concedidas	-34.988.898.718	-35.356.240.119	-1,04	367.341.400
Resultado das Transferências Financeiras	= 27.020.766.179	28.409.904.694	-4,89	-1.389.138.514
Recebimentos Extraorçamentários	19.863.401.308	16.889.594.173	17,61	2.973.807.135
Pagamentos Extraorçamentários	-26.309.806.467	-14.497.743.710	81,48	-11.812.062.757
Resultado da Movimentação Extraordinária	= -6.446.405.160	2.391.850.462	-369,52	-8.838.255.622
Resultado Financeiro do Exercício	-8.967.938.996	573.075.892	-1664,88	-9.541.014.889

Fonte: SIAFI, 2020.

Comparando os trimestres, o resultado financeiro do exercício do quarto trimestre de 2020 se apresentou negativo no montante de R\$ 8,96 bilhões, tendo uma variação negativa em percentual de - 1.664,88%, em relação ao quarto trimestre de 2019, que apurou um resultado financeiro positivo de R\$ 573 milhões.

Essa redução se justifica pelo resultado orçamentário negativo e pelo resultado da movimentação extraorçamentária negativa, no quarto trimestre/20. *O Resultado Financeiro do Exercício corresponde à Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa, conforme a Nota 24.*

Nota 19 – Resultado Orçamentário

O Resultado Orçamentário apresentou uma variação negativa de -2,27%.

Nas Receitas Orçamentárias, houve uma variação positiva no percentual de 54,34%, em relação ao quarto trimestre de 2019.

Os maiores registros das Receitas Orçamentárias ocorreram principalmente nas variações aumentativas em maior proporção nos órgãos dos Fundos - 53207-Sudeco, no órgão do FDCO- Fundo de Desenvolvimento do Centro-oeste (órgão 74919), depois no órgão 53203-SUDENE, no órgão do FDNE- Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (74918) e no órgão 53202-SUDAM, no órgão do FDA-Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (órgão 74917), provenientes da receita com amortização de financiamentos do principal, juros e encargos, e registros de rendimentos de aplicações financeiras da CTU.

Nota 20 – Resultado das Transferências Financeiras

O Resultado das Transferências Financeiras teve uma redução em relação ao quarto trimestre de 2019, onde se verifica um decréscimo em percentual de -4,89% .

Nota 21 – Resultado da Movimentação Extraorçamentária

O Resultado da Movimentação Extraorçamentária apresentou variação negativa de -369,52%, no quarto trimestre de 2020.

Os Recebimentos Extraorçamentários tiveram uma variação positiva de 17,61% em relação ao quarto trimestre de 2019.

Os Pagamentos Extraorçamentários tiveram aumento no percentual de 81,48%, comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

O acréscimo se deu principalmente em função do aumento de Outros Pagamentos Extraorçamentários, que neste trimestre acumulou o montante de R\$11.254.185.369,09 (onze bilhões, duzentos e cinquenta e quatro milhões, cento e oitenta e cinco mil, trezentos e sessenta e nove reais e nove centavos), com um aumento em percentual de 1.190,13%, em relação ao quarto trimestre de 2019, que apurou um montante de 871.154.329,87 (oitocentos e setenta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos).

Também teve aumento nos Pagamentos de Restos a Pagar Processados, com uma variação positiva de 440,78% no trimestre.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Nota 22 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Formação

	R\$ milhoes			
	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)	Variação Absoluta
Atividades Operacionais	6.230.049.505,53	18.990.813.209,84	-67,19	(12.760.763.704,31)
Atividades de Investimentos	-15.197.988.501,98	-18.417.737.317,64	-17,48	3.219.748.815,66
Atividades de Financiamento	-	-	-	-
Total	(8.967.938.996,45)	573.075.892,20	(1.664,88)	(8.394.863.104,25)

Fonte: SIAFI, 2020.

Considerado os saldos iniciais e finais dos Ingressos das *Atividades Operacionais*, de Investimentos e de Financiamentos, comparado com os saldos dos *Desembolsos Operacionais*, de *Investimentos* e *Financiamentos*, apurou-se um resultado negativo de R\$ 8,96 bilhões de geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no quarto trimestre de 2020. Essa redução está justificada por um resultado negativo dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento no valor de -15.197.988.501,98, em comparação com um resultado positivo dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais, de apenas R\$6.230.049.505,53.

Nota 23 – Atividades Operacionais

As Atividades Operacionais apresentaram variação negativa de -67,19%, neste quarto trimestre de 2020, com decréscimos nos Ingressos, contabilizados no grupo *Outros Ingressos Operacionais – Transferências Financeiras Recebidas*, que apurou um recuo no valor de R\$ 1.756.479.914,92, contabilizados com maior redução no órgão 53000-MDR, no montante de R\$1.651.125.257,71. Houve aumento nos *Desembolsos*, no Grupo *Outros Desembolsos Operacionais – Demais Pagamentos*, no valor de R\$ 10.382.996.897,71, com maior acréscimo no órgão 53903-Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, seguido pelo 53901-Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, em contrapartida com o trimestre anterior.

Nota 24 – Atividades de Investimento

As *Atividades de Investimento* apresentaram uma variação negativa de -17,48%, contudo, teve aumento nos Ingressos, no grupo de Amortização de Empréstimos e Financiamentos, no percentual de 137,93%, por outro lado, houve uma redução nos Desembolsos, no Grupo Outros Desembolsos de Investimentos, no percentual de -48,52%. As maiores variações que ocorreram em Outros Desembolsos de Investimentos, se deu no órgão 53000-MDR, UG da Secretaria Nacional de Habitação, que teve recuo comparado com o trimestre anterior.

Nota 25 – Atividades de Financiamento

Atividades de Financiamento não foram realizadas, conforme demonstrativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota 26 – Ajustes de Exercício Anterior

O valor da conta dos ajustes de exercícios anteriores, do quarto trimestre de 2020, R\$ 491.001, milhões superou o do ano de 2019 R\$ (8.152.351) bilhões.

Nos ajustes de Exercícios Anteriores, cerca de R\$ 336,1.milhões, foram evidenciados na conta de "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital", os registros foram nas empresas CODEVASF, CBTU e TRENSURB nos percentuais de 93%; 5,39% e 1,55%, respectivamente.

Os valores de R\$ 154.857, milhões evidenciados nos "Resultados Acumulados" do quarto trimestre de 2020 são referentes ao Superavit Financeiro (já deduzido dos prejuízos), do Órgão 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional.

Devido a Pandemia da COVID-19 no Brasil, houve um grande volume de cancelamento de empenhos e restos a pagar referente a Convênios e Congêneres da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano, da Caixa Econômica Federal - programas sociais, da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica. e da Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Os registros estão evidenciados na conta contábil: 21891.05.00 "Obrigações de Convênios e Congêneres a Pagar".

Nota 27 – Aumento/Redução de Capital

No quarto trimestre não houve aumento de capital. A conta de *Adiantamento para Futuro Aumento de Capital-AFAC*, no montante de R\$ 64.010,97, evidencia o percentual de 0.0037221% em relação ao exercício de 2019. Lançamento realizado no primeiro trimestre do Órgão CODEVASF, devido ao resultado dos recebimentos de financeiro da Setorial Financeira de Órgão Superior.

A realização de capital social ocorreu no segundo trimestre, conforme Assembleia Geral Ordinária de 15/4/2020 no valor de R\$ 515.689.315,56, da União, acionista majoritária da CODEVASF, recebidos no exercício de 2019.

Nota 28 - Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos

A Constituição/Realização de Reserva do quarto trimestre de 2020 corresponde ao percentual de 328,61% em relação ao do exercício de 2019.

No quarto trimestre houve reversão de reserva do exercício da Empresa CBTU R\$ 494.767,20 e da CODEVASF R\$ 1.975,68, perfazendo um total de R\$ 496.742,88.

No segundo trimestre houve regularização dos “Resultados Acumulados” da empresa Trensurb. na conta de “Obras em Andamento”.

Nota 29 – Ajuste de Avaliação Patrimonial

O Ajuste de Avaliação Patrimonial do quarto trimestre de 2020 corresponde a (3,25%) do exercício de 2019.

No quarto trimestre houve redução do Ativo da Empresa Trensurb na conta “ Veiculos Ferroviarios” 12311.05.02 equivalente a R\$ (2.199.063,46).

Nota 30 – Resultado do Exercício

O resultado do exercício do quarto trimestre no montante de R\$ 16,6 bilhões, deu-se em virtude da confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas e das Variações Patrimoniais Diminutivas, e representa um aumento de 25% em relação a 2019.

Nota 31 – Constituição/Reversão de Reservas

A Constituição/Reversão de Reservas do quarto trimestre de 2020 representa (0,17%) de 2019.

No quarto trimestre a Empresa CBTU utilizou da Reserva de Capital para absorver parte equivalente dos prejuízos acumulados, conforme deliberação na Reunião Ordinária n. 626 no valor de R\$ 2,2 milhões.

Os valores de R\$ 17,3 milhões evidenciados nos “Resultados Acumulados” do quarto trimestre da Empresa CBTU deu se em virtude dos ajustes dos Lucros e Prejuízos acumulados.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2020

Rômulo de Sousa Monteiro – Contador Responsável
CRC nº 016582